



**Identidade(s) do negro na Primeira República**  
**a partir do olhar interpretativo de Manoel Bomfim**

Cristiane da Silveira\*

**RESUMO:** O presente artigo investiga discursos construídos sobre o negro a partir das narrativas de Manoel Bomfim, elaboradas nas primeiras décadas republicanas no Brasil. As argumentações construídas pelo pensador rompiam com a teoria de incapacidade inata do negro, propunha a educação como instrumento para a transformação social e para o fomento da igualdade entre os diversos sujeitos sociais. Assim, a produção de Manoel Bomfim nos possibilita compreender a formação da(s) identidade(s) do negro, rompendo com os discursos pautados nas teorias de inferioridade racial em voga naquele momento – teorias que silenciavam e excluíaam os sujeitos negros recém libertos da escravidão da sua efetiva inserção social, política e econômica na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Manoel Bomfim. identidade negra. Primeira República.

**ABSTRACT:** This paper investigates the discourses constructed on the black from the narratives of Manoel Bomfim, developed in the early republican decades in Brazil. The arguments constructed by thinker broke with the theory of innate inability of black, proposed education as a tool for social transformation and the promotion of equality between the different social subjects. Thus, the production of Manoel Bomfim enables us to understand the formation (s) identity (s) of the black, breaking with guided discourses on theories of racial inferiority in vogue at the time - theories that silenced and excluded subjects newly freed blacks from slavery their effective social inclusion, economic and political in Brazilian society.

**Key words:** Keywords: Manoel Bomfim. black identity. First Republic.

---

\* Doutora em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora do curso de História da Universidade do Estado do Amazonas (CEST/UEA).



### **Manoel Bomfim: o homem, o contexto e a obra**

As perspectivas inovadoras de análises historiográficas contemporâneas possibilitam trazer à tona os textos de Manoel Bomfim (1868-1932) produzidos na passagem do século XIX para o XX, os quais construíram singular análise acerca da construção histórica brasileira e da discussão racial presente em seu tempo. Manoel Bomfim (1868-1932) sergipano, médico, historiador, educador, enfim, um homem político, que escreveu vasta obra<sup>1</sup> abrangendo vários campos do conhecimento, quando estes ainda não estavam configurados tal como nos dias atuais, entre eles a história, a psicologia, a medicina e a educação. Apesar de a obra apresentar-se como significativa, no conjunto do pensamento social brasileiro, foi relegada, por algumas décadas, em meio ao silêncio, o que não significou dizer que tenha sido completamente banida do meio intelectual. Bomfim, apesar de seu prestígio social<sup>2</sup>, não obteve, efetivamente, de seus pares contemporâneos, o reconhecimento da importância de suas interpretações sobre o Brasil e a América Latina.

Em seu tempo e lugar Bomfim viveu experiências únicas, no conjunto de sua obra refletiu sobre a realidade brasileira, formulando, por meio da escrita – livro de leitura<sup>3</sup> e ensaios históricos – interpretações singulares sobre o Brasil, sua identidade e a formação das camadas sociais que o compõem, em uma perspectiva de conflito multirracial, muitas vezes negada pelo discurso hegemônico, ou seja, pelos grupos que dominavam o cenário político e econômico, pautados em noções de civilidade, branqueamento da população e progresso econômico.

---

<sup>1</sup> O conjunto da produção de Manoel Bomfim: *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. Rio de Janeiro: Casa Electrus, 1923; *O Brasil na História: deturpações da tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Pongentti, 1932; *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993; *O Brasil Nação: realidade da soberania nacional*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997; *Através do Brasil: prática da língua portuguesa*. Organização Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; *Cultura e Educação do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongentti. Lembremos que Bomfim também produziu na área de psicologia e educação e artigos de variados temas para periódicos. Importante ressaltar que sua obra encontra-se dispersa em várias bibliotecas brasileiras.

<sup>2</sup> Manoel Bomfim contribuiu para a organização da Academia Brasileira de Letras, mas não figurou entre os intelectuais consagrados do período; desempenhou importante papel na administração pública, no âmbito da educação no Rio de Janeiro; frequentava rodas de intelectuais e foi deputado federal pelo estado de Sergipe.

<sup>3</sup> “Livros de Leitura” foram utilizados como livro didático nos primeiros anos republicanos, tendo como objetivo consolidar, a partir da leitura, os sentimentos nacionais. De acordo com André Botelho “*Através do Brasil*” “*é dos primeiros e mais consistentes exemplares daquilo que seus contemporâneos chamaram de literatura escolar nacional. Compreendendo o conjunto diversificado de obras designadas genericamente pela expressão livros de leitura, em função do uso didático a que então se destinavam.*” BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais*. Campinas: Editora UNICAMP, 2002, p.22.



Neste artigo optamos por analisar "América Latina: Males de Origem" (1993) por ser uma obra expressiva no conjunto do pensamento do autor e focar problemas e argumentos explorador pelo pensador. Para além desse fato, essa obra se dedica a refletir sobre questões da escrita da história do Brasil, da constituição da moderna sociedade brasileira, do ser brasileiro e das questões raciais presente em seu tempo. Lembremos que esta foi sua obra inaugural e seu pensamento sofreu ao longo da sua vida um processo de maturação e com isso algumas modificações de posições e propostas.

Para além destas questões, em nossas análises sobre a referida obra privilegiamos a figura do negro no processo de formação da(s) identidade(s) brasileira. Nos conturbados momentos das primeiras décadas republicanas no Brasil foi recorrente atrelar a figura do negro, antes visto como uma mercadoria, ao estigma de inferioridade racial. Assim, nos deparamos com outro ponto a ser investigado, o *lugar social* pertencente ao negro, o preconceito racial e o silêncio sobre a contribuição do ser negro na formação e no processo de desenvolvimento do Brasil.

A argumentação de Bomfim foi elaborada, a partir do estudo da história do Brasil, e foi o primeiro autor a pensar o Brasil no contexto latino americano, e tentou traçar marcos representativos para a escrita de sua história, que não os baseados na narração de fatos oficiais, heróis e datas. Bomfim, por um conjunto de elementos a serem analisados posteriormente, destoou do pensamento intelectual de seu momento ao defender as relações sociais travadas entre brancos, negros e índios no Brasil como desiguais. Para o pensador, era impossível analisar igualmente, povos com diferentes condições de cultura e de educação. Assim, rompeu com a discussão da superioridade de um povo sobre o outro, qual seja, o europeu/branco, e trilhou outros caminhos para compreender a formação da identidade.

Ao discordar das teorias raciais de dominação, Bomfim fiou outros caminhos para o entendimento do passado e do presente brasileiros, e do processo de formação da(s) identidade(s) no país, nos quais o negro não mais é interpretado como raça inferior a ser extinta, mas como grupo social que necessitava de educação para seu desenvolvimento. Bomfim entendeu o negro como sujeito no processo de formação e de desenvolvimento brasileiros e suas análises mesmo destoando da maioria de seus contemporâneos, mas encontrou ressonância, por exemplo, em Manoel Querino<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Manoel Querino, mulato, foi um pensador contemporâneo de Manoel Bomfim, que analisa a questão do negro em uma perspectiva particular, de modo a valorizar o negro na formação da cultura brasileira. Para Guimarães: "Manoel Querino opera com "O colono preto como fator da civilização brasileira" com dois importantes de corte com a historiografia tradicional: primeiro trata o africano como "colonizador" e não apenas como elemento



As décadas que precederam a abolição da escravidão e a proclamação da República se fizeram em processo de constante mutação na política brasileira. Entendemos que foi principalmente após a instauração da República, que as camadas sociais no Brasil se consolidaram, baseadas em critério de identificação econômica, posição social e não a partir da relação entre sujeitos iguais, cidadãos como apregoava os discursos oficiais. Assim, identificamos que no Brasil a igualdade se deu apenas em discurso, exemplo claro desse argumento é a escrita da primeira Constituição brasileira, de 1824, influenciada pelos princípios da Revolução Francesa (1789): Igualdade, Liberdade, Fraternidade.

O tema da identidade brasileira e da escrita da história do Brasil foi caro à Manoel Bomfim. O pensador construiu discursos nos quais algumas questões pertinentes ao negro foram problematizadas a partir da denuncia do passado de escravidão e as conseqüências para o momento em que vivia, e com isso conseguiu identificar um lugar de marginalidade do negro no processo de formação da moderna sociedade brasileira. A questão da(s) identidade(s) estavam presente em Bomfim, mas em perspectiva diferente da encontrada entre os intelectuais de seu tempo, como Nina Rodrigues e Silvio Romero, ou mesmo dos discursos construído no *Jornal do Commercio*. Estes também discutiam a identidade brasileira, mas na perspectiva do branqueamento da sociedade.

### **Nuances do debate racial posto na Primeira República no Brasil**

No Brasil pós-abolição e recém-república, várias eram as imagens a serem (re)significadas; entre elas, se encontravam as do trabalho, do negro, da cidadania e da democracia, entre outros. Se, por um lado a cidadania estava sendo “re-inventada” em território brasileiro, era perceptível a discrepância entre a realidade e as imagens difundidas de igualdade e de justiça. O entendimento sobre o ser negro sofria transformações, pois necessitava distanciar-se da imagem de reles mercadoria para integrar-se à sociedade como

---

passivo, mão de obra escrava, segundo apontam seu papel civilizador e sua atuação como elemento que cria e promove civilização, invertendo a tradicional associação do “preto” com a “barbárie” e como objeto da obra civilizadora do branco português. GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Manoel Querino e a formação do pensamento negro no Brasil, entre 1890 e 1920*. Acessado em 03/06/2011 <http://svn.br.inter.net/5star/blogs/mqpensamentonegro.pdf>. Os escritos de Querino, também “esquecido”, rompem, em seu período, com o discurso vigente e dialoga com os de Bomfim, mesmo que não se tenha este contato de forma indireta.



trabalhador livre e, supostamente, com igualdade de direitos e de deveres. Como mostra o artigo publicado no *Jornal do Commercio*<sup>5</sup> em 1888:

No entanto o escravo era uma propriedade, com valor econômico mercantil, sujeita ao imposto e tributada pelas leis. O serviço do escravo, único organizado em nosso paiz, era o que produzia todas matérias que pelo imposto enchião as arcas do nosso thesouro, e mantinha a prosperidade publica. Queria e seria intuito da lei de 13 de Maio, desorganizando todos os serviços, perturbando a marcha regular da produção agrícola, crear a liberdade ao mesmo tempo espoliar o senhorio, declarando sem valor aquilo mesmo que, ainda há pouco, era objeto de um imposto nacional? [...]

Se a lei 13 de Maio não cogitou da indemnisação, também não a condemnou, e aquilo que não fez esta lei, outra póde fazer, e ser ainda decretada pelo actual parlamento.

Só assim se daria uma satisfação cabal ao proprietário esbulhado de sua propriedade e hoje, aniquilado por uma lei que faz a felicidade de alguns para desgraça de muitos, com aniquilamento das rendas publicas.<sup>6</sup>

O argumento exposto é instigante e revela uma faceta das tensões presentes no período analisado, a partir de pressupostos diferente dos elaborados por Bomfim. É perceptível a permanente tensão entre o direito à propriedade e o direito individual do trabalhador negro e recém liberto, pois o texto foi editado em 24 de maio de 1888. Necessário lembrar que as ideias cristalizadas são de difícil mudança e o olhar sobre o negro, ou o ex-escravo, não se transformou rapidamente:

Penso que há muito perigo em destruir na consciencia publica a noção da inviolabilidade da propriedade que a constituição garante (*Apoiados*) porque isto pode preparar futuras revoluções sociais. / Entendo, portanto, que não deve entrar no plano de nenhum governo suprimir a indemnisação por qualquer de seus modos. Opondo-se assim um direito que não se funda na natureza racional do homem se não pode explicar-se com um facto legitimo, é todavia uma propriedade legal, e como tal reconhecida (*Apoiados*).<sup>7</sup>

O tema desse artigo do *Jornal do Commercio* era o mesmo: a abolição do trabalho escravo e a indenização ao proprietário. Esta fala foi discurso proferido na Câmara dos Deputados em 1885. Ao ser reeditado no *Jornal do Commercio*, em 1888, questionava a legalidade dos argumentos colocados. É clara a relação da imagem do negro à de propriedade,

---

<sup>5</sup> Este periódico “*O periódico dedica-se a questões comerciais e econômicas, com base nas publicações de preços correntes, notícias marítimas e movimento de importação e exportação, trazendo ao leitor notícias sobre o Rio de Janeiro da época do Primeiro Império [...]*.” Neste período [http://www.assis.unesp.br/cedap/cat\\_periodicos/popup3/jornal\\_do\\_commercio.html](http://www.assis.unesp.br/cedap/cat_periodicos/popup3/jornal_do_commercio.html). Retirado em 09/08/2011. O proprietário era Rodrigues & Comp.. O artigo em questão tinha a assinatura: “os comissionários”. No entanto, os demais artigos consultados eram sem assinatura.

<sup>6</sup> Abolição e Indemnisação. *Jornal do Commercio*, Anno 66, no. 143, 24 de maio de 1888, p.4.

<sup>7</sup> Já é Tempo, *Jornal do Commercio*, Anno 66, no. 17, 20 de junho de 1888, p.1.



ou seja, como um direito do senhor, supostamente inviolável. Na luta entre abolicionistas e não abolicionistas muitas foram as questões debatidas, que demonstram sua complexidade. Conforme afirma Ianni (1988)<sup>8</sup> houve alguns fatores que contribuíram para o fim da escravidão negra, dentre os quais o início da industrialização e o impulso à imigração, situação que acenava para a imposição das relações capitalistas no país. Esses fatores demonstram que a finalização do trabalho cativo no Brasil se deu, principalmente, por motivos econômicos e não por princípios humanitários, o que dificultou a vivência dos ex-escravos, que foram lançados ao mercado de trabalho livre sem grandes expectativas de inserção:

O processo de miscigenação que envolveu senhores e escravos, negros e brancos, acabou transfigurando o escravo também em mulato, o cativo em liberto. Mas não em cidadão totalmente livre como eram os outros, e sim numa pessoa livre “em termos”, porque marcada pela sua origem híbrida, biológica, social e moralmente. (IANNI, 1988, p.218)

Pairava no ar, para alguns, a ameaça da desordem social, com a abolição da escravidão. A justificativa era a possibilidade de “revoluções sociais”. Aqui acontece um dos nós para o traçado de Brasil. Discurso hegemônico (das elites) x realidade (das classes populares), direito de propriedade x direito individual, o negro x o branco, o pobre x o rico. Esta visão sobre o negro não se transformaria, como em um passe de mágica, houve apenas a metamorfose em outras representações, que, em sua essência, depreciavam o ser negro e tolhiam sua possibilidade de inserção na sociedade.

Nos momentos posteriores à abolição do trabalho escravos, os descendentes africanos re-inventaram seu modo de viver, a partir do que estava posto em seu cotidiano. Maria Cristina Cortez Wissenbach (1998) propõe algumas reflexões sobre a identidade negra e seus laços de sociabilidade. É inegável que, mesmo antes da abolição do trabalho escravo no Brasil já havia um relativo percentual de ex-escravos. Chama a atenção o fato de que número de mulatos libertos era bem maior que o número de negros. Após a Lei Auréa (1888), a grande questão que se colocou para o negro foi como se (re)inserir na sociedade, como trabalhador livre e (re)criar os laços de afetividade.

Para desvendar as tramas dessa rede de relações, Maria Cristina recuperou as experiências vivenciadas por esses sujeitos, na zona rural e urbana, demonstrando que os

---

<sup>8</sup> Outros pesquisadores se debruçaram sobre essa temática, entre eles citamos: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. (3 vls.) São Paulo: Ática, 1978. SALLES, Iraci Galvão. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870-1889)*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.



novos laços foram estabelecidos a partir da cultura popular e da religiosidade. Enfim, da necessidade dos negros e dos homens pobres inventaram novas formas de sobrevivência e de sociabilidades, estabelecidas entre os grupos, que não necessariamente passassem pelo crivo “dos brancos”, dominantes, mas não predominantes no geral da população.

Assim, os ex-cravos e brancos pobres construíram novos sentidos, relacionados às dimensões do privado e do individual. Estes foram (re)inventados a partir da crença religiosa compartilhada e da solidariedade, (re)definindo anseios reprimidos, buscando, então, construir/preservar seus laços de identidade, a partir da inter-relação entre os grupos, esses definidos a partir do critério econômico, mas também do racial, uma vez que, com a abolição do trabalho escravo, novo “lugar social” foi estabelecido para o negro e seus descendentes, como também para os brancos pobres.

Na virada do século XIX/XX, os espaços foram (re)definidos, tanto no âmbito social, como no urbano/territorial/geográfico. Foram intensas as transformações ocorridas na cidade moderna, a partir dos processos migratórios – os imigrantes europeus e o fluxo entre os próprios “nacionais” (uma vez que muitos ex-escravos buscaram, principalmente, as cidades para sua (re)inserção econômico-social) – originou novos contornos ao urbano. O intenso processo migratório possibilitou o aumento populacional das cidades e o acirramento das tensões e dos conflitos sociais. No cenário citadino foi identificado um paradoxo, pois:

Ao contrário dos projetos que tentaram organizar a paisagem urbana numa única imagem, ela oferece centenas de meandros, ressurgindo multifacetada, especialmente ao levar em conta outras estratégias de sobrevivência, outras sociabilidades que não das classes dominantes. (IDEM, p. 117)

Houve, então, paralelamente, a tentativa de homogeneizar os discursos sobre as novas experiências. Nesse contexto, a problemática dos grupos populares que, a todo o momento eram expulsos do centro da cidade e mesmo de seus antigos postos de trabalho, ao mesmo tempo em que não se rendiam a esta imposição, se fez evidente:

Pelas ruas das cidades ou dos mercados, junto aos roceiros dos arredores, misturavam-se vendedores ambulantes de lenha, de carvão, de peixe imprimindo uma característica toda especial aos baixios da cidade, chamando a atenção das autoridades que procuravam higienizar os logradouros públicos. (IDEM, IBIDEM)

As classes populares imprimiam na cidade uma marca própria, na forma como se organizavam e nos laços de identidade(s) estabelecidos ao longo da Primeira República. As



novas formas de sociabilidade e de sentimento de pertencimento a determinada visão de vida colocava em cheque os “desejos” das classes dominantes. A sociabilidade se dava entre os negros, em princípio, pois:

Obrigados a restaurar noções e valores lesados pela experiência da escravidão, os escravos e ex-escravos recompunham o sentido da família em amplas direções, estendendo-se das células nucleares para o contexto de amplas parentelas, mobilizadas por meio de hierarquias e de vínculos religiosos, de parentesco, de fundo étnico ou aqueles forjados no tráfico. E nos quais os designativos de *pai*, *mãe*, *tia* eram utilizados em relações que superavam as da consangüinidade. A noção de pertencimento, elemento central no processo de reorganização social dos afro-brasileiros, era o lastro que dava sentido ao que Artur Ramos dizia “o espírito associativo dos negros brasileiros”: entre outros exemplos, as famílias do santo candomblés, nas macumbas e nos batuques; os cordões e os ranchos carnavalescos; os cantos dos ganhadores, os maltas de capoeiras [...].(Grifos da autora. Idem, p.123.)

O argumento instiga a reflexões sobre a identidade do negro no início do século XX no Brasil. As estruturas familiares e de parentesco etno-religioso e os laços de sociabilidade informal são os elos principais para a recomposição identitária do negro e para a construção de uma lógica particular de solidariedade. Wissenbach (1998) demonstra os espaços que o negro foi ocupando, no período pós-abolição, e as novas formas de sociabilidades construídas, permitindo identificar que, a partir das manifestações populares, surgiram nuances da nova dinâmica social. De conflitos e de tensão, mas que contribuiu para a inserção do negro na sociedade de homens livres, a partir do embate entre os diferentes segmentos sociais, nos quais o preconceito racial estava sempre presente.

Os momentos finais da monarquia e as primeiras décadas da República são emblemáticos, para se compreender a mutação da figura do negro, antes entendido como mercadoria (e por isso essencial nas relações econômicas) em principal elemento responsável pelo atraso econômico. Já no período pós-abolição, como o “indesejado”, que deveria ser substituído pelo trabalhador imigrante. Esses movimentos não se fizeram de maneira harmoniosa ou homogênea como desejavam as elites políticas, mas carregados de conflitos e de tensões. Houve a construção de um discurso hegemônico, ou seja, que circulava entre os jornais, as revistas e nos escritos de muitos dos *homens das letras*, no qual implícita ou explicitamente estava colocado o olhar negativo sobre o ser negro e a defesa dos anseios das elites.





O negativo se dava, tanto a partir da defesa da superioridade da raça branca, como na forma violenta como o negro era representado, ou sub-representado. A necessidade da imigração de trabalhadores brancos para ocuparem o lugar antes pertencente ao escravo se fez forte naquele momento, o que impulsionou sobremaneira o movimento. Mas este revela as mazelas da sociedade que se desejava construir, pois o negro não encontrou novos postos de trabalho, mas continuou a pertencer a um país, agora sob o regime livre de trabalho e das relações capitalistas, mas que não o enxergava apto para tal. A consolidação da imagem preconceituosa sobre o negro não foi sentimento essencialmente brasileiro, mas fruto de longo processo, no qual o preconceito aliou-se às políticas de dominação de um homem sobre o outro.

### **Identidade(s) do ser negro nas primeiras décadas republicanas a partir dos escritos de Manoel Bomfim**

Ao construir sua argumentação, Manoel Bomfim utilizou-se largamente de análises sobre a escravidão e suas consequências para a construção da(s) identidade(s) do ser negro. Ao voltarmos ao passado de escravidão, nos escritos de Bomfim, percebemos um duplo movimento. O primeiro diz respeito à denuncia daquela realidade, “*a injustiça horrenda, secular*”<sup>9</sup>, e o segundo se esmera de demonstrar, no caráter do negro, sua predisposição para a superação das relações parasitárias, ação que os brancos ainda não haviam conseguido alcançar, pois se utilizavam largamente da exploração do outro para adquirir os meios de subsistência.

Bomfim foi criticado por analisar a sociedade, a partir de noções biológicas, no entanto, identificamos análises nas quais o pensador não apenas transpunha conceitos biológicos, mas construiu as bases para uma perspectiva de entendimento da realidade social<sup>10</sup>. No entanto, para o autor biológico e social se assemelhavam em alguns aspectos.

---

<sup>9</sup> Ressaltamos que não era esse o exato objetivo da obra aqui analisada de Manoel Bomfim. No entanto, buscamos essas possibilidades em seus escritos.

<sup>10</sup>Na analogia de Bomfim, entre o organismo biológico e o social, estavam colocadas questões presentes em seu pensamento: o parasitismo, a evolução/progresso e a organização, a partir do entrelaçamento entre os vários elementos que compõem o todo. No olhar de autor era indispensável a união entre os organismos, ultrapassando o âmbito puramente biológico.



Nessa linha de pensamento, afirmamos que o parasitismo colocado por Bomfim possibilita a reflexão sobre outras nuances da história e identidade do ser negro:

Em certos casos, se o parasitismo feroz de um grupo sobre o outro não produz o aniquilamento deste último, trazendo como o resultado final o aniquilamento total da sociedade, é porque o grupo explorador conseguiu renovar a sua provisão de vítimas. Tal é a história da escravidão no Brasil e nas outras partes da América. Os pobres pretos eram literalmente devorados pelo chicote, sacrificados pela alimentação insuficiente e pelo excesso de trabalho. A população negra não atinge hoje, no Brasil, a dois milhões; se não fosse esse extermínio, ela seria superior, talvez, à população branca. (BOMFIM, 1993, p.125)

Bomfim busca a possibilidade de igualdade entre os diferentes povos. Para o pensador, antes de ser um instrumento de progresso, a escravidão levava ao aniquilamento do negro enquanto ser humano:

Não tenho à mão todas as cifras sobre a importação dos negros no Brasil; tenho dados somente sobre o período de 1759 a 1803, e o de 1807 a 1847, quando já estava condenado o tráfico. Pois bem, só nesses 86 anos entraram no Brasil 2.444.000 negros escravos. Ora, a importação de escravos durou 300 anos, e nos primeiros anos da companhia do Grão-Pará a importação no Brasil chegou a 100 mil por ano!...(IDEM, IBIDEM)

Eis alguns dos fios que construíram a história do negro no Brasil no olhar de Bomfim: exploração/parasitismo, tráfico, morte e silêncio. O parasitismo prendeu-o, por longo tempo, a uma rede de exploração, ou seja, a escravidão. O pensador colocou em relevo as péssimas condições de vida (excesso de trabalho/castigo corporal), e a péssima alimentação, que levou à morte muitos africanos. Essa história foi/é silenciada pelo viés oficial, pois deparamos na fala de Bomfim, com a falta do registro sobre a entrada/morte dos trabalhadores negros, mais uma vez reafirmando o silêncio sobre sua história entrelaçada com a do Brasil. As afirmações do pensador não foram adquiridas por dados concretos, pois seus dados eram relativos a menos de 100 anos de história, período mínimo, se for considerado o total do tempo de vigência da escravidão no Brasil e, conseqüentemente, o fluxo de entrada e, mesmo, morte de sujeitos negro.

A manutenção da ação parasita se fazia a partir da constante entrada de trabalhadores negros, pois o processo, por ser violento, se mantinha com a “renovação” dos trabalhadores. Bomfim utiliza-se do “contar” essa realidade para buscar outros caminhos para a história até



então vivida, ou, nas palavras de pensador, outras tradições. História que se funda a partir da exploração sofrida pelo negro e na possibilidade de caminhar para o progresso social. Assim, se fundaria na perspectiva de entendimento do Brasil e da escrita da sua história a partir da mistura entre as raças, da necessidade da compreensão dos diferentes graus de “evolução” de cada sociedade, da contribuição das várias etnias para a formação do Brasil.

A partir de Bomfim identificamos que “contar” a história do negro significava também denunciar violência e enfatizar outros traçados que não apenas o da depreciação. Bomfim busca evidenciar o “ser negro” em suas várias dimensões:

E o negro?... A este – pois que tem a pele preta e o cabelo encarapinhado – a ciência sociológica dos descendentes dos negreiros condena mais furiosamente ainda: *Raças completamente inferiores e gravemente diversas* – considera-as Oliveira Martins. “O pensamento de chamar essas raças a uma civilização para que a natureza as não dotara, foi uma das nobres quimeras...” Para o escritor-estadista, só tem o negro um préstimo – trabalhar como besta para sustentar a malandrice do branco [...] Paremos aqui, e desmascaremos já este sofisma. Alega o sociólogo lusitano, e com eles todos os da escola da *inferioridade das raças negras e índias*: “É legítimo que o branco escravize e extermine o negro, porque é assim que as coisas se passam na natureza...” Não, não há tal. Há luta na natureza, é verdade entre os seres animados, que se disputam um lugar na vida; mas esta luta, mesmo quando é cruenta e direta, o que é raríssimo entre os indivíduos de mesma espécie – mesmo quando é direta, nunca se faz no sentido de um grupo obrigar o outro a trabalhar para si. [...] Querem dar aos conflitos humanos e sociais a mesma significação que os conflitos animais, querem chegar às mesmas conseqüências, querem apelar para as lutas bestiais dos seres inferiores para legitimar as devastações cruentas? Então coloquem-se os homens nas mesmas condições de igualdade em que lutam as feras e as besta. [...].(BOMFIM,1993, p.281)

Assim, temos um “olhar” para o negro que não culminou no negativo sobre sua composição física ou de sua posição política e econômica na sociedade. Seu olhar foi para além do que era determinado pela cor da pele. Ao dialogar com Oliveira Martins crítica este lugar do negro. No que era dado como natural, por muitos, para Bomfim, existia o estranhamento. Este fato não permitiu a Bomfim compactuar com a justificativa da dominação de um homem sobre o outro. Sua argumentação era apaixonada e comparava o reino animal ao humano. Havia, na natureza, rivalidade entre os pertencentes a uma mesma espécie, mas não a escravidão, ou seja, o ato de obrigar o outro a trabalhar para si. Nesta perspectiva, ressaltou as diferenças entre o animal e o humano, mostrando, que as duas



realidades não eram comparáveis. O homem ao tentar se igualar aos seres “*inferiores*” tornava-se também uma besta, ou seja, perdia suas qualidades de humano.

Bomfim utiliza-se do termo “crueldade” para analisar a relações estabelecidas entre os seres, na dominação. Assim, crueldade se referia a dois aspectos: a briga intensa, travada no mundo animal, que “fazia” o homem branco inferior ao negro e a dominação de um homem sobre o outro. Mas esta, em seu ponto de vista, não era justificável. Assim, partiu de outros parâmetros que não os usuais para a análise da dominação entre os homens e rompeu com o até então naturalmente aceito:

[...] Os indígenas americanos, os pretos africanos, os negroídes e malaios da Oceania, forma declarados inferiores” em massa. Para estes o julgamento é definitivo; a sociologia oficial da Europa e dos Estados Unidos decretou que eles são “inferiores”, pois que se acham todos em estado social inferior aos dos outros povos”. (BOMFIM, 1993, p. 245)

Ao discordar dos discursos raciais em voga, analisou o negro, não pelo viés da inferioridade, mas a partir de sua capacidade de transformação e de rompimento com o parasitismo dos portugueses. Nesta perspectiva, continuou com seu discurso “*emocionado*” sobre o negro e o debate fomentado em seu tempo:

Os teóricos da exploração, se tentassem responder, cairiam nas contradições que enriquecem as dissertações de Oliveira Martins; p. ex. : considera o negro como *abjetamente inferior, na inferioridade incontentável dos dotes de sua raça*, e tão incapaz de progresso social que deve ser *fatalmente eliminado sob o império dos seres superiores* [...] (BOMFIM, 1993, p.258. Grifos do autor.)

Identificamos pontos importantes, que possibilita outro olhar para o negro e sua identidade nos primeiros anos da República no Brasil. O discurso racial, ao ser problematizado por Bomfim revelou ideias fortes e violentas, pois pregava a suposta incapacidade do negro, sua falta de vocação para o progresso. Este olhar, para além de negar a subjetividade do negro, o colocava em um patamar de inferioridade “*inata*” sendo implícita a necessidade de seu “*extermínio*”. “*Abjetamente inferior, na inferioridade incontentável dos dotes de sua raça*”, assim, entendemos que o negro pertencia, a partir desse olhar, à camada inferior da sociedade, terminando por negar sua atuação enquanto sujeito no processo de formação da identidade brasileira e de sua história.

Lembremos que as questões sobre a(s) identidade(s) é uma questão amplamente discutida no meio acadêmico contemporâneo, sendo o conceito um discurso construído



historicamente, que reflete tensões e conflitos, presentes na realidade à qual se vincula. Neste movimento de construção, era consensual aproximar o conceito de identidade nacional ao de país/território/língua ao qual pertence o sujeito. No debate acadêmico atual novas são as análises realizadas que permitem ampliar o conceito de identidade, desvinculando-o da noção de um discurso homogêneo, ou seja, com capacidade para abranger o todo de uma Nação. Nessa discussão, outros elementos são inseridos e outras imagens traçadas, que não se limitam à unidade de língua e território.

Nessa perspectiva, para Stuart Hall (2004), o conceito de identidades nacionais “que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2004, p.7). Identificamos neste argumento a mudança do conceito de identidade para identidades – isso não significa apenas uma mudança semântica, mas, principalmente, de significado – trazendo à tona a impossibilidade do conceito de identidade permanecer como instrumento de unificação do sujeito ao território de origem.

Vale lembrar que a identidade nacional, em seu período de formação, estava atrelada à consolidação do Estado Nação. O processo de constituição do Estado Nação implicou a igualdade formal de direito para todos, e visou, principalmente, à elaboração das bases da democracia. Na prática, porém, não significou igualdade ou democracia para todas as camadas sociais. Aqui alinhavam-se os conceitos de Estado Nação, identidade nacional e nacionalismo, haja vista que estão intimamente relacionados. O nacionalismo, interligando um território a uma língua/etnia específica, é construção recente, e permite a definição de “identidade grupal” a partir do separatismo. Assim, se, em um primeiro momento, o nacionalismo visou expandir a área de domínio territorial, não influenciando se várias línguas que eram faladas em um mesmo território, este se modificou com o desenvolvimento das relações capitalistas, acabando por criar fronteiras entre as etnias formadoras de um mesmo país, o que, em termos práticos, naturalizou as relações entre dominantes e dominados a partir da identificação étnica e lingüística. Neste ponto, os esclarecimentos de Hall são significativos:

[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*. Nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” (*Englishness*) veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma



entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*. (HALL, 2004, p.49. Grifos do autor)

Esta reflexão nos possibilitou identificar a(s) identidade(s) como construções, mas para além disso, como representação dos jogos que estabelecem na sociedade, como o próprio autor argumenta, o que permitindo ao sujeito conforto ao pertencer a determinado território ou etnia. Não se nasce inglês ou brasileiro, torna-se, a partir dos laços tramados na sociedade em que se vive, e se insere em determinado contexto social, político, econômico e cultural. A(s) identidade(s) encontram-se, nesta perspectiva, sempre em processo de metamorfose.

Bomfim para contrapor-se aos fortes argumentos de seu tempo, Bomfim enfatizou a capacidade do negro para o progresso social, pouco valorizada por outros intelectuais, que também se debruçaram sobre a história do Brasil. Neste sentido, recuperou o negro, que, com sua capacidade/tenacidade para o trabalho conseguiu, em alguns momentos, vencer o parasitismo que minava o progresso social, como o exemplo que cita a experiência dos palmarinos:

[...] depois descreve a organização de uma sociedade desses seres inferiores, e, da história, como ele a conta, verifica-se que os pretos são gente admiravelmente bem dotadas sob o ponto de vista do progresso social. É maravilhosa, perfeita, quase ideal, a evolução dessa sociedade. O próprio historiógrafo sente-se entusiasmado pela perfeição daquela evolução [...] Há, naqueles palmarinos, uma energia de organização, uma aptidão social que os leva, quando prósperos, “a abandonar a pilhagem, fazendo-se agricultores”; produtores – o que outros povo, “superiores”, não conseguiram... *Assim formam as nações*, diz o detrator dos negros e índios; e é por isso que, em sessenta e cinco anos, *Palmares já merecia esse nome*, contava 20 mil habitantes, e pôde opor aos carrascos parasitas 8 mil heróis. (BOMFIM, 1993, p.281)

O diálogo de Bomfim com Oliveira Martins indica-nos outra visão sobre o negro. A afirmação que os “*pretos são admiravelmente bem dotadas sob o ponto de vista do progresso social*” pode ser considerada como um avanço no olhar sobre o negro e sua história. Para Bomfim romper com o parasitismo significava trilhar o caminho do progresso social e este, em algumas situações, havia sido alcançado pelos negros, em momentos específicos da história. Ao analisar os mestiços constrói um inovador olhar:

Waitz, Martin de Moussy e Quatrefages afirmam “que os mestiços são pelo menos iguais em inteligência aos seus progenitores da raça superior”. Este último – Quatrefages, refere-se nos termos mais encomiásticos às sociedades sul-americanas, onde a mestiçagem teria, no seu parecer, desenvolvido



qualidades apreciáveis, e cita numerosos exemplos, sobretudo no Brasil, onde, não existindo preconceito de cor, os mestiços têm podido desenvolver as suas aptidões e tem mostrado “uma decidida superioridade artística sobre as duas Raças mães. A quase totalidade dos pintores e músicos brasileiros pertencem à raça cruzada; muitos se tornaram notáveis em medicina [...] (BOMFIM, 1993, p.264)

Quanto à inteligência, ninguém contestará que os há – mestiços – admiravelmente dotados. São exceções; dizem. Sim, mas por toda parte – grandes talentos, os gênios, constituem exceção, formam uma minoria insignificante sobre a massa geral, banal, medíocre. Dar-se-á, por acaso, que a Inglaterra seja constituída de Shakespeares, Newtons e Bacons, ou que na Alemanha só haja Goethes e Gutenbergs?... (BOMFIM, 1993, p.265.)

Ao argumentar que os povos não nasceram predestinados ao primitivismo, consegue enxergar o outro, no caso específico o negro, a partir da diferença, mas buscando relações de igualdade. Este dado o colocou em posição estratégica, para se pensar a dura realidade que se colocava para o negro. Compreender as diferenças que faziam parte do ser negro no Brasil significava não deixar no silêncio os longos anos de escravidão e as atrocidades cometidas. Essas experiências ajudaram no “*fazer-se*” do negro na realidade brasileira, construindo sua identidade a partir da diferença, o que não o fazia menor que o branco. Em Bomfim, o limite entre o romper a imagem corrente sobre o negro e o pactuar, em alguns momentos, é tênue. Observemos estas outras imagens:

De par com estas qualidades, citam-se os clássicos efeitos dos negros: submissão incondicional, frouxidão de vontade, docilidade servil... Tais qualidades são antes o efeito da situação em que colocaram. Pensem na mísera desgraçados, que, ainda jovens ainda, ignorantes, de inteligência embrionária, são arrancados ao seu meio natural e transportados a granel, nos portões infectos, transportados entre ferros e açoites, a um outro mundo, à escravidão desumana e implacável!... (BOMFIM, 1993, p.125)

Se em alguns momentos é inegável o avanço do pensamento em Bomfim, pois fala das qualidades do negro e não os analisa a partir da depreciação de seu físico; por outro, fala de algumas de suas características psicológicas. Assim, submissão, frouxidão, docilidade entram em cena para caracterizar o negro. Tais atributos, aliás, são contrários a tentativa de Bomfim de demonstrar a possibilidade de igualdade entre os demais, com a educação formal. No movimento de construir outra imagem do negro que não a da inferioridade o pensador traz à tona a história dos palmarinos. Para Bomfim o próprio Oliveira Martins, ao analisar a organização/desenvolvimento dos palmarinos, aponta elementos para a compreensão da imagem do negro a partir de outra dinâmica, que não apenas a da depreciação. Para os negros,



havia outra lógica do progresso, que não o do puramente econômico. No entanto, muitas vezes, Bomfim não atentava para as relações de conflito presentes entre os diferentes setores sociais. Nessa linha de pensamento, o pensador possui visão “otimista” sobre a questão racial, pois para ele o país possuía condições de comportar as várias etnias, e não deveria invocar o preconceito de raça.

Só há um meio de impedir esta agressão: é o levantar-se diante dessas nações, levantar-se vigoroso, armado, decidido e apercebido de tudo, rivalizando com elas, não só em força, mas principalmente, em competência – tal como fizeram os Estados Unidos, tal como fez o Japão. A estas sim, a Europa lhes reconhece as soberanias e as respeita, que são nações feitas, completas – não são países *essencialmente agrícolas*, sinônimo de colonial. (BOMFIM, 1993, p.289)

O progresso da nação se faria a partir do progresso econômico e social:

Não se trata de simples questão de patriotismo; não, os que pedem a abolição de fronteiras e o esquecimento de preconceitos e privilégios patrióticos, pedem finalmente, o afastamento de tudo o que possa impedir a generalização de uma justiça perfeita e de uma igualdade natural entre os homens [...] Pede-se solidariedade e fraternidade, e não conquista e violência; e não há de ser pelas vitórias guerreiras de um povo sobre outro, *impondo-lhes* costumes e leis, violentando-lhes todos os sentimentos e tradições, que a humanidade se congregará. Daí só podem nascer conflitos, com os que se retardará essa obra de unificação [...] ela se fará pela conquista das idéias, pela cultura e pela harmonia das vontades. (BOMFIM, 1993., p.294-295. Grifos do autor)

O presente e o passado da história do Brasil, no olhar de Bomfim eram trágicos, carregado da exploração de uma classe sobre a outra e do cerceamento do progresso social; no entanto, o futuro era grávido de possibilidades de superação da realidade nacional. Identificamos, também, que Bomfim caminhou entre os tênues limites das imagens construídas sobre o ser negro em seu tempo. A partir do momento em que não entendia a exploração como natural, nas relações sociais, teceu outros caminhos para a construção da imagem do “ser negro”. Aliado a essas questões, temos em Bomfim a busca de instrumentos para a transformação social com vista à inclusão dos vários sujeitos, o que traz à tona a necessidade de romper com o passado agrário que o país encontrava-se condenado.

A alternativa encontrada por Bomfim foi a popularização da educação. Entendemos que para o momento suas análises geravam muito incômodo, pois significava proporcionar oportunidades iguais para as diferentes classes sociais. A sociedade capitalista entende como





instrumento da mobilidade, o acesso à educação. Esta, em certa medida, qualifica o sujeito para melhores postos de trabalho e assim, permiti a luta entre todos os pertencentes de uma sociedade, pelos diferentes postos de trabalho, em um clima de meritocracia e não por nascimento ou cor da pele, ou seja, de “igualdade”:

Aceitemos a vida integralmente; busquemo-la em todas as suas fontes de energia, que resumem não só as exigências materiais, como as necessidades intelectuais, afetivas, estéticas; restituamos estes grandes estímulos na proeminência do progresso. A necessidade de beleza – como o desinteresse na dedicação e a curiosidade do saber – é bem mais geral do que se pensa; mas não se pode exigir do miserável ignorante que sinta a harmonia das linhas do Partenon ou se extasie ao ouvir uma fuga de Bach; há belezas que só um preparo preliminar torna sensíveis. Não há nenhuma razão, porém, para que o gozo estético se faça o privilégio de um pequeno número [...] Como o pão material, é preciso ao indivíduo, para que a sua harmonia moral seja completa, o alimento de verdade e beleza. (BOMFIM, 1993, p.350)

Bomfim defende a educação para os brasileiros sem distinção de classe social ou etnia. Para o pensador, todos os cidadãos deveriam possuir acesso à cultura e à beleza proporcionada pela arte. A possibilidade de conhecimento não deveria ficar circunscrita a uma única classe social. O homem não deveria buscar apenas o “*pão material*”, mas um conhecimento que preencheria sua vida de beleza, completando sua existência. Temos ainda em Bomfim, a crítica sobre a educação, pois ela, em seu tempo era um privilégio de classe. Privilégio que, em certa medida, determinava o “*lugar*” do sujeito na sociedade.

A cor da pele determinou o lugar do sujeito no processo de consolidação da moderna sociedade brasileira. Com o acesso à educação, teríamos outro elemento determinante dos “*lugares sociais*”. Naquele momento, ao negro, raramente era permitido o direito de conquistar a educação formal e, quando o fazia, ainda não conseguia competir na mesma posição de igualdade com o branco, mesmo que o discurso dominante no capitalismo pregue essa “*ilusão*”, pois seu estigma estava na cor da pele.

Bomfim, ao identificar a educação como instrumento de transformação social, busca equilíbrio de forças, ou seja, dar força a quem ainda não a possuía, igualar relações até então desiguais, num misto de utopia<sup>11</sup> e sonho. Neste sentido, observemos o lugar do negro nos escritos de Bomfim, que revelam outra identidade para o “*ser negro*” no Brasil.

---

<sup>11</sup> Vejamos a posição de Bomfim ao final da obra “América Latina: Males de origem”: “*Utopia... Utopia ... repetirá a sensatez rasteira. Utopia, sim; sejamos utopistas, bem utopistas; contanto que não esterilizemos o nosso ideal, esperando a sua realização de qualquer forma imanente à própria; sejamos utopistas, contanto que trabalhemos. “Sem os utopistas de outrora o homem ainda viveriam, ainda hoje, nas cavernas miseráveis e nus*



Quem viajou o interior das terras brasileiras, p. ex., notou por força, a cordialidade, a paz relativa em que vivem essas populações – arraiais, povoados, restos de aldeamentos, onde se acumulam os casebres de sapê, onde vivem como formigas – formigas que não trabalham – os produtos da mistura de negros, índios, resíduos de colonos etc. Ali não chega a ação da autoridade regular; é uma existência primitiva, um comunismo espontâneo; são bons como a natureza, despreocupados ... como quem não *tem*, nem pensa em *ter*... O solo é comum, o rio é comum à pesca, o mato é comum à caça: até o trabalho é comum. Quando um planejou uma roça, convida os outros a um *ajuntamento*; vêm até os de uma légua de distância; marcham todos contra o mato e põem-no embaixo num dia, que é um dia de festa; ao cair da tarde, esbofados, roucos de cantar, vão continuar a festa no batuque, depois do repasto comum. Amanhã, será na roçada outro, depois na de outro... (BOMFIM, 1993, p.266-267)

Aqui, Bomfim possibilita olhar para a dinâmica própria que o negro/mestiço estabeleceu no Brasil. Longe do chicote, imperavam a solidariedade e a liberdade. Não havia a incessante necessidade de “*ter*”, assim, estabeleceram relações distantes das necessidades impostas pelo progresso econômico. O trabalho deixa de ser árduo, uma tarefa “*individual*”, para ser realizada em comunhão e para o bem de todos pertencentes a uma comunidade, envolvendo festas, a vivência em comum e o “*bem estar comum*”. Interessante ressaltar, que Bomfim ao analisar as novas formas “*de ser*” do negro, demonstra que estas fogem ao domínio da hierarquia criada nas grandes cidades, mas que beira o “*primitivismo*”:

Aí, nestas populações verdadeiramente primitivas, é também comum o boi, a galinha e o cachorro, que este ou aquele possui. Quando um falta uma cuia de farinha, acode o outro; este, que não tem um jereré, pesca – serve-se do jereré do vizinho; um cavalo que um possuía montam-nos todos... Os homens civilizados pensam que é melhor: cada um trabalhe para comprar um cavalo, e incriminam-nos justamente por esta falta de ganância – qualquer coisa de sórdida avidez de outros povos ... Fique a acusação por conta de quem a faz; mas convenham que, apesar de tudo, essa tendência à sociabilidade, esse altruísmo, é uma boa qualidade, um elemento favorável ao progresso moral. Dêem-lhes interesses superiores, e dali nascerão sociedades estimáveis. Fortes e vigorosos como são, eles saberão aproveitar ultimamente as energias e resistências que possuem, e que os tornam efetivamente superiores aos colonos que se fazem recrutar nos refugos das civilizações corrompidas. (IDEM, p.267)

---

[...] a utopia é o princípio de todos os progressos e o esboço de um futuro melhor”. Ao citar Anatole France, Bomfim acredita num outro futuro, este que primeiro se faz na imaginação do homem. Se o passado e o presente não era de progresso, o futuro o seria. (BOMFIM, 1993, p.351)



Bomfim defendeu a “*comunhão*”, como o meio de transpor as dificuldades cotidianas, com ações que iam contra as ideais/preceitos da “*civilização*”. Enfim, criticava a ganância, que levava à exploração de um povo sobre o outro, pois “*corrompia*” as sociedades, levando-as ao individualismo. Para um outro entendimento sobre o negro e sua identidade Bomfim “*fia*” ideias que foram contra as pré-estabelecidas e rumam para o progresso da sociedade como instrumento de valorizar/potencializar o sujeito em relação constante com a sociedade:

O progresso há de ser da própria sociedade, no seu todo; e isto só se obtém pela educação e pela cultura de cada elemento social. Não se eleva o meio sem melhorar os indivíduos; não há progresso para quem seja incapaz de compreendê-lo e desejá-lo, prevê-lo e buscá-lo. O progresso é um triunfo – a vitória crescente sobre a natureza; e na batalha que a ele conduz, a primeira condição é estar desembaraçado da ignorância, dos preconceitos e dos desalentos que nela se geram, *conhecer* os inimigos a vencer, *conhecer* os obstáculos a suprimir ou transpor, *conhecer* os recursos que podem servir, *conhecer* o alcance de cada tentativa, *conhecer, conhecer ...conhecer mais e mais.*(IDEM, IBIDEM)

A partir da educação, dar-se-ia, na visão do autor o verdadeiro progresso da sociedade. O argumento foi construído a partir de palavras fortes, como “*vencer o inimigo*”, “*vitória crescente*”, “*triunfo*”, “*conhecer*”, que incita a compreender a força que o pensador colocava no futuro da nação. Assim, Bomfim criou outro caminho para se pensar a(s) identidade(s) do Brasil, que se faria a partir da educação. Entremeadas a ela, estavam a solidariedade e a igualdade. Era assim, uma visão democrática de identidade, no qual havia lugar para os mais variados sujeitos sociais.

As palavras fortes, acima caracterizadas, indicam a vontade de Bomfim de construção de uma nação forte e solidária. Tais possibilidades se fizeram presentes no arguto olhar do pensador, a partir da análise de sua realidade. Seus escritos, em seu momento, despertaram pouco entusiasmo. A discussão sobre a educação não se colocou em debate de fato como instrumento de transformação da realidade brasileira, mas que nem por isso deixou de cunhar importante lugar no pensamento social brasileiro e nos fazer compreender a história nacional. Seus escritos se configuraram como uma genial interpretação do Brasil.

O esquecimento das diferenças sociais, políticas e econômicas entre os grupos étnicos no período de consolidação da moderna sociedade brasileira proporcionaram exclusão ainda mais brutal sobre a população negra, relegando-a a marginalidade. Com a construção de



imaginário social no qual reinava a igualdade e a democracia racial, o problema racial não foi encarado/superado. Houve, assim, o impedimento da efetiva inserção social, política e econômica dos negros na sociedade brasileira. Esse problema é ainda candente, ao mesmo tempo em que é perceptível a ebulição da organização do movimento negro organizado para o rompimento das barreiras sociais e econômicas ainda existentes para a real inserção do negro na sociedade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: Males de Origem.** 4<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais.** Campinas: Editora UNICAMP, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** (3 vls.) São Paulo: Ática, 1978.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** SILVA, Tomas Tadeu; LOURO, Guaracira Lopes (trad.). 9<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora: Identidade e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo.** 2<sup>a</sup>ed. São Paulo; Hucitec/Curitiba: Scietia et Labor, 1988, p.218.

LEITE, Dante Moreira. **Caráter Nacional Brasileiro.** História de Uma Ideologia. 4 ed., São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a política de mão de obra (1870-1889).** São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.



SCHAWARCZ, Lília Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. In: **Raça e diversidade**. SCHAWARCZ, Lília Moritz; Queiroz, Renato da Silva (org.). São Paulo: EDUSP.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil: República: da Bella Époque à Era do Rádio**, vol. III.

### **SITES CONSULTADOS**

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Manoel Querino e a formação do pensamento negro no Brasil, entre 1890 e 1920*. Acessado em 03/06/2011 <http://svn.br.inter.net/5star/blogs/mqpensamentonegro.pdf>.

*Recebido em 28 de Outubro de 2013.*

*Aprovado em 11 de Março de 2014.*